

Grande vivacidade no diálogo IAPMEI/Associações Empresariais

• AIP e AI Portuense não distarçam tensão mútua

Os pequenos e médios empresários e suas associações têm de assumir uma participação mais activa em torno dos problemas institucionais que lhes dizem respeito — frisou o presidente do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias empresas (IAPMEI), Amadeu Pires, ao encerrar o ciclo de conferências do ISCTE.

No mesmo contexto, acicatado por uma série de protestos, aqui ou ali, um pouco agrestes, denunciou a atitude passiva dos empresários, caracterizada pela falta de participação nas decisões que lhes dizem respeito. Constatou, explicitamente, as associações empresariais por terem contribuído, diminutamente, para a elaboração da primeira fase do plano trienal do Instituto.

Seja como for, os empresários não se conformaram, pelo que os problemas, na altura do debate, não deixaram de surgir bastante particularizados, fulantizados. Todavia, este facto é caracterizante do perfil do empresário deste segmento, que carrega de apoio financeiro e quer ver removidos todos os condicionamentos burocráticos.

acertaram critérios regionais. A propósito, falou na dificuldade do esquema dos SIII, eludido à facilidade do sistema, adoptado na altura do ministério de Veiga Simão, que proporcionou critérios mais simples.

Porém, os empresários alegam a existência de burocracia, e trazem à baila o seu caso. Mas Amadeu Pires recorda que os projectos, também passam por Brunstas, acrescentando que os empresários demoram muito tempo, quando se lhes pede documentação necessária à formação do processo de candidatura, objecto de apreciação aos vários níveis da Administração Central.

Amadeu Pires
silencia contestação

Mas o presidente do Instituto iria mais longe, conseguindo silenciar a sala, e os empresários não lhe rejeitaram até as palmas. É que ele deixara entender que a estrutura não lhe permite mais, mesmo quando assume certos riscos. Apesar de não se gerir por critérios da Função Pública, a sua intervenção tem limites. A propósito, convidou a que reflectissem no seu comportamento, quando recebiam a Inspeção-Geral de Finanças para controlo da



Amadeu Pires
Crítico à passividade empresarial

contabilidade empresarial. Amadeu Pires, a propósito, disse que, se algumas vezes, sentia certos riscos, não pretendia, contudo, arcar com as responsabilidades devido a ilegalidades na atribuição de apoios por parte do Instituto, e detectáveis nas contas empresariais pelas inspeções. Se não há cuidado, «ainda é o presidente do IAPMEI que leva a talhada» —

sustentou, para, entretanto, questionar a razão por que os ministros, que intervêm no processo de homologação dos projectos de candidatura — ministros do Plano e Indústria, entre outros — não delegam nas entidades competentes do IAPMEI.

Um dedo na ferida

Ante o reconhecimento dos empresários, Amadeu Pires colocou-lhes o dedo na ferida, acusando, também, as empresas de burocracia nas suas estruturas.

Complementando a sua argumentação, referiu o facto de as decisões não poderem ser tomadas de ânimo leve, sobretudo quando estão em jogo financiamentos de vulto. Para o provar, lembrou que, entre Setembro de 86 e Dezembro do mesmo ano, o IAPMEI recebeu 283 projectos, correspondentes a um investimento de 27 milhões de contos e à criação de sete mil postos de trabalho. De Dezembro a Março deste ano, entraram 266 equivalentes a um investimento de 24 milhões de contos e seis mil postos de trabalho. Até Junho último, o IAPMEI registou a entrada de 196 projectos no montante de vinte milhões de contos.

Poranto isto, não se pode actuar de ânimo leve, pois os

Amadeu Pires mostrou-se compreensivo, justificando certas situações pela falta de estabilidade política que, caso contrário, levaria à mudança sucessiva de estratégias. Todavia, os empresários sustentaram que a morosidade na elaboração dos processos de candidatura a apoios invisibiliza projectos e financiamentos. Por um lado, Amadeu

Pires focou as dificuldades do Sistema de Incentivo ao Investimento (SIII), recordando que o critério da atribuição de incentivos, na base da região, levou as entidades comunitárias a recusar os projectos de candidatura nacionais. Assim, Portugal não dispõe de verbas do FEDER, porque Lisboa não recebeu o alerta em tempo útil. As entidades comunitárias não

Empresas - rel. C/ Universidade
ISCTE

ENSINO SUPERIOR/RELAÇÕES INTERGRUPAIS

banco exigiu papéis, e eu não os quero para mim — precisou, para manter a estrutura dos critérios que só permitiram a admissão de 30 por cento daqueles projetos.

Os apoios

Today, Amadeu Pires sublinha que o Programa da Modernização e Inovação das PME's — iniciado este ano — está em marcha e vai ser reforçado ao nível das ações, com a afectação de recursos humanos e materiais. A cooperação inter-institucional industrial e as de carácter científico e tecnológico é uma das formas a articular com o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), Rede de Extensão Industrial (REI), os Centros de Desenvolvimento Industrial do Interior, de Conservação de Energia e para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (CEDINTEC).

Apoia a novos empresários e o levantamento de oportunidades de investimento para valorização dos recursos humanos e naturais e o aproveitamento de ideias inovadoras, a nível regional, são metas a prosseguir dentro do Programa de Ações Específicas de Desenvolvimento Industrial de interesse sectorial e regional.

Mas, tudo depende, nos próximos anos, do outro programa para a melhoria da capacidade de gestão nas PME's, através da formação de empresários e quadros técnicos e da introdução de Novas Tecnologias, espalhando-se o apoio do Fundo Social Europeu (FSE). Esta estratégia cabe dentro do plano para o triénio de 88/90, procurando-se «incentivar a criação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento das empresas PME, através da concretização do espírito de empresa, da melhoria de funcionamento das câmaras administrativas, desregulamentação e estrutura intervenção dos poderes públicos em certas áreas».

Numa linha, fala na necessidade da adopção de um novo estatuto para o IAPMEI, apto a garantir meios financeiros técnicos e de gestão, adequados às funções atribuídas ao Instituto.

Estas ações acham-se inscritas no Plano de Acção (1.º fase), objecto de pareceres da indústria e de outras entidades ligadas às PME's, «mas que ficaram muito aquém do que seria de esperar» — frisa.

Associações empresariais: tensão mútua

«Durante o encontro a esta dimensão da intervenção do representante da Associação Industrial Portuguesa, Ludgero Marques, ao sublinhar do IAPMEI, se tem ficado sobre os problemas futuros das PME's».

Não apenas o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI), coordenador de todos os esforços das empresas.

Claro, até, que as PME's devem estar orientadas para o futuro, porque os critérios é que condicionam os apoios.

Assim, sublinhou, enquanto objectivos principais, que, para atingir estes objectivos e facilitar o diálogo, urge que as entidades ligadas à indústria tenham acesso aos serviços de Apoio às empresas.

Tal programa envolve o apoio do vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, Silva Pinto, que, todavia, tendo sido ao encontro à en-

trevista organizada pelo seu homólogo da AI Portuguesa. A propósito, Silva Pinto resumiu como vai a marcha do IAPMEI e do seu presidente.

Mas, Ludgero Marques não se ficou por ali, nem se arrebaldou de crises às brechas editadas pelo IAPMEI, porque, no seu entender, traduzem modelos de técnicas, desligados da realidade. Em vez disso, seria melhor a presença real e física junto das PME's, tendo sublinhado que, ante o facto de o empresário ser refratário a sistemas de organização, o IAPMEI deveria estar motivado ao reforço da rede de extensão regional, com a dedicação de mais técnicos para as áreas mais isoladas, para dinamizar todo o tecido empresarial.

Tensão entre associações

No painel, se Ludgero Marques falou sobre problemas das PME's, Silva Pinto abordou a tensão do seu desenvolvimento. Today, foi perceptível uma certa tensão entre as duas associações, e Ludgero Marques fez questão de referir o maior grau de representatividade da sua associação, ao ter notado que era no Norte do País, na zona de influência da sua Associação, que se situava o grosso das Pequenas e Médias Empresas. Que ninguém o duvidasse — asseverou.

A referência, embora indirecta, teve uma intenção, e Silva Pinto não a deixou em claro, ao ter abordado o alargamento da intervenção da AIP às áreas de Aveiro, Coimbra e Setúbal.

É que o anúncio da possível transformação da AI Portuguesa em Confederação de Organizações Empresariais surpreendeu, e a criação de Núcleos Empresariais Regionais (NER) tem lançado mal-estar entre as duas associações.

Sou como foi, Silva Pinto falou, na sua intervenção, sobre o 1.º Congresso das Actividades Regionais Empresariais Regionais, que ocorrerá uma semana antes, em Troia.

Mas, o tal clima de tensão tornou-se perceptível, pelo menos uma vez, não falando já da ausência de Ludgero Marques à reunião de encerramento do painel, presidida pelo ministro da Indústria e Energia. E foi, exactamente, quando, depois de Silva Pinto ter falado no congresso de Troia, frisou que a AIP sempre ocupará de braços dados com o seu congénito nacional.

Silva Pinto bateu-se pelo reestruturação do Ministério da Indústria e Energia, sublinhando que a ele deveria estar adstrito o Ministério do Comércio Exterior.

Relativamente à estruturação das PME's, sublinhou que elas deviam viabilizar-se e optimizar os seus recursos, através da redução de sub-emprego. O Conselho Nacional da Indústria deveria passar da postura assistencial — premissa, para garantir, depois, ao seu benefício que a AI Portuguesa não perdesse, em 89, ao II Encontro de PME's, não deixar de apontar que a Associação Industrial Portuguesa tem uma vida nova, por ter sido do foro de Lisboa, regionalizando-se para a defesa das áreas de Setúbal, Aveiro e Coimbra, onde não existem associações representativas. Por último, destacou-se, mais uma vez, de braços dados para trabalhar com a AIP e, sobretudo, com o ISCTE, sublinhou.



Ludgero Marques e Silva Pinto. Unidade nas críticas, divergência nas reivindicações

do que, tanto a Associação como o Instituto, deveriam aderir à União Internacional do Artesanato e das Pequenas Empresas, onde a Confederação da Indústria Portuguesa e a AI Portuguesa já têm assento.

O dirigente da Associação Industrial Portuguesa, Ludgero Marques, traçou o diagnóstico da vida das Pequenas e Médias Empresas.

A sua gestão «artesanal» é nota fundamental até ao escalão das que empregam 500 tra-

balhadores e facturam um milhão de contos. Daqui para baixo, — e cada empresa é um caso em si próprio — a situação é complexa, e a capacidade de resposta a mudanças mais vertiginosas poderá ser uma das vantagens destas unidades empresariais.

Tudo decorre dos meios a investir e da estratégia e planeamento.

Para Ludgero Marques, tudo se regista ao nível da qualidade da gestão estratégica, e uma

das dificuldades existentes reside na gestão dos problemas correntes, em virtude da concentração dos poderes no gestor tradicional, que não delega em ninguém qualquer função a nível do aprovisionamento ou da gestão, ou da produção.

A deficiente adequação do produto ao mercado constitui outro ponto fraco das PME's, que, embora possuam um gerente intuitivo não conseguem guiar-se a novas plataformas.

Na área da formação profissional, Ludgero Marques também encontrou bloqueios, tendo salientado que ela compete ao Estado e às empresas, através das suas estruturas representativas. A propósito, frisou que a desigualdade de oportunidades não é de responsabilidade exterior, mas da falta de capacidade de negociação do empresário, para quem a informação se torna crucial, desde que proveitosa e inteligível.

E, a propósito, recordou que muitas empresas têm morrido por falta de informação, que lhes poderia ter facilitado a conjuntura, se o empresário conhecesse certos incentivos fiscais, que, por ignorância, não aproveitou.

A nível estrutural, Ludgero Marques apontou os problemas decorrentes da inexistência de órgãos de gestão e de instrumentos que garantam o relacionamento face ao mercado.

Mas — ao que notou — muitos dos problemas das PME's resolvem-se com a formação, informação, apoio técnico e capitalização. Neste sentido, defendeu a vulgarização do acesso das PME's às sociedades de capital de risco e a abertura dos capitais das empresas a terceiros.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Empresas - rel. e/ou universidade

ISCTE

T OUT NOV 82

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31